

# PBGÁS

COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS

## CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA



*GASVieir* *PA* *M* *A* *A* *A*

# COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGÁS

## CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em conformidade com o art. 8º, incisos I e VIII da Lei 13.303/16, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2019.

### IDENTIFICAÇÃO GERAL

**CNPJ/MF:** 00.371.600/0001-66

**NIRE:** 25300009217

**Sede:** João Pessoa/Paraíba

**Tipo de estatal:** Sociedade de Economia Mista

**Acionista majoritário:** Estado da Paraíba

**Tipo societário:** sociedade anônima

**Tipo de capital:** fechado

**Abrangência de atuação:** Estadual

**Sector de atuação:** Gás Canalizado

**Audidores Independentes atuais da empresa:** Maciel Auditores S/S

**Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas:**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
MEMBROS	MANDATO		ACIONISTA
	INÍCIO	TÉRMINO	
<b>Marcelo Antônio Carreira Cavalcanti de Albuquerque</b> CPF: 324.531.324-15	14.06.2019	13.06.2021	Estado da Paraíba
<b>Carlos Arthur de Almeida Baptista Ferreira Pereira</b> CPF: 009.991.734-30	14.06.2019	13.06.2021	Estado da Paraíba
<b>Tatiana da Rocha Domiciano</b> CPF: 021.731.374-41	14.06.2019	13.06.2021	Estado da Paraíba
<b>Gabriela de Aragão Sarmiento Vieira</b> CPF: 062.816.664-88	14.06.2019	13.06.2021	Estado da Paraíba
<b>Raimundo Barretto Bastos</b> CPF: 192.409.455-04	14.06.2019	13.06.2021	Mitsui Gás e Energia do Brasil
<b>Vitor Calazans Baroni</b> CPF: 079.650.557-83	14.06.2019	13.06.2021	GASPETRO e Mitsui Gás e Energia do Brasil
<b>Marcus Vinícius Torres Peçanha</b> CPF: 855.763.447-15	28.04.2017	27.04.2020	GASPETRO

Administradores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa:



ACIONISTA	NOME	CARGO	CPF
Estado da Paraíba	Tatiana da Rocha Domiciano	Diretora-Presidente	021.731.374-41
GASPETRO	Paulo Sérgio de Sá Campos	Diretor Técnico-Comercial	070.000.567-62
Mitsui Gás e Energia do Brasil	Taciana Danzi O. Amaral Alves	Diretora Administrativa e Financeiro	342.529.405-91

**Data de divulgação:** 30.08.2019

## POLÍTICAS PÚBLICAS

A Lei 13.303/16, em seu art. 8º, I, exige a elaboração de "carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela empresa pública, pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos". Essas informações estão detalhadas a seguir:

### 1 – Interesse público subjacente às atividades empresariais:

Alguns serviços e atividades são necessários ao desenvolvimento da sociedade e imprescindíveis à manutenção da dignidade do ser humano, da vida e dos direitos. Esses serviços são entendidos como essenciais, pois estão diretamente ligados às necessidades básicas da coletividade e suprem o interesse público, sendo fornecidos efetivamente pelo Estado ou por meio de seus delegados, quando se tratar de serviços de utilidade pública.

Tem-se como serviço público as atividades atribuídas, por lei, ao Estado para que as exerça diretamente ou por meio de delegação, com o objetivo de atender e satisfazer as necessidades coletivas, sob regime jurídico total ou parcialmente público. Nesse contexto, a Constituição Federal/88, em seu art. 25, § 2º, atribui aos Estados a competência para explorar, diretamente ou mediante concessão, com exclusividade de distribuição, os serviços locais de gás canalizado:

**Art. 25.** Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

....

§ 2º Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

Além do preceito constitucional acima mencionado, a distribuição dos serviços locais de gás canalizado é caracterizada como serviço essencial, conforme disposto no artigo 10, I, da Lei nº 7.783/89, abaixo reproduzido, segundo as quais os serviços de distribuição de gás canalizado fazem parte do rol de serviços/atividades considerados essenciais pelo legislador:

**Art. 10** - São considerados serviços ou atividades essenciais:

I - tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis..."

GASVIAO

3/13

## 2 – Políticas públicas:

O Estado da Paraíba, para assegurar o cumprimento da atribuição que lhe fora destinada, com exclusividade, pela Constituição Federal/88, autorizou a criação, através da Lei Estadual 5.680, de 17 de dezembro de 1992, da Companhia Paraibana de Gás – PBGÁS, tendo como objeto social promover a exploração, produção, aquisição, armazenamento, transporte e distribuição do gás combustível e/ou canalizado para todos os usos:

*Art. 2º - A Companhia Paraibana de Gás – PBGÁS, terá por objeto: Promover a exploração, produção, aquisição, armazenamento, transporte e distribuição do gás combustível e /ou canalizado para todos os usos, observada a Legislação Federal aplicável e de acordo com a evolução tecnológica, o desenvolvimento econômico e as necessidades sociais, integrando-se com as demais fontes de energia.*

A PBGÁS é uma sociedade de economia mista, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, dotada de personalidade jurídica de direito privado, estando incluída nas espécies de empresa estatal, integrante da Administração Pública Indireta, cujo acionista majoritário é o Estado da Paraíba.

Em 30 de dezembro de 1994, através do Contrato de Concessão, o Estado da Paraíba delegou à PBGÁS os direitos de exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado e, a partir dessa data, a Companhia vem desenvolvendo ações para implantar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento de seus serviços, realizando todos os estudos técnicos e de mercado necessários à garantia das melhores condições operacionais e de segurança de fornecimento do gás natural aos seus clientes, dos segmentos industrial, automotivo, residencial e comercial, em estreita sintonia com as questões socioambientais e seus resultados econômico-financeiros.

Alinhada diretamente aos interesses da sociedade paraibana, a PBGÁS é um importante instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico e social da região, desempenhando papel de relevância na matriz energética do Estado da Paraíba.

## 3 - Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas:

A PBGÁS, focada no compromisso da consecução dos seus objetivos de políticas públicas, pauta suas ações no interesse social, na transparência, na busca incessante da qualidade dos serviços prestados e na satisfação dos seus usuários, atentando para os princípios e regras de total segurança no desempenho de suas atividades.

**Missão:** Prover infraestrutura de distribuição de gás canalizado, facilitar a vida das pessoas e contribuir para o desenvolvimento da Paraíba.

**Visão:** Até 2023 ser reconhecida nacionalmente pela eficiência na gestão.

### Valores:

- ✓ Ética
- ✓ Confiança
- ✓ Cuidado com as pessoas
- ✓ Segurança
- ✓ Satisfação dos clientes





## Objetivos estratégicos para a consecução das políticas públicas:

- ✓ Expandir a rede de gás canalizado
- ✓ Promover a interiorização do Gás Natural
- ✓ Promover a Modernização Tecnológica na Gestão Empresarial
- ✓ Consolidar o Modelo de Excelência da Gestão

## 4 – Recursos para custeio das políticas públicas:

Os recursos aplicados pela Companhia em todas as suas ações são oriundos de sua própria atividade operacional, complementados por recursos de financiamento captados junto às instituições financeiras para projetos de investimento.

## 5 – Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas:

O Contrato de Concessão, assinado em 30 de dezembro de 1994, estabelece que a Companhia promova, a seu encargo exclusivo, todas e quaisquer obras, instalação de canalizações, redes e equipamentos, nas áreas cujos estudos de viabilidade econômica justifiquem a rentabilidade dos investimentos realizados, segundo taxa de retorno anual prevista no próprio contrato, considerando os critérios de depreciação também estabelecidos no referido Contrato, garantindo sempre a segurança e a justa retribuição do capital investido.

Nesse sentido, para atender aos objetivos de políticas públicas, a PBGÁS planeja investir, dentro do quinquênio (2019/2023), um total de R\$ 54,7 milhões, com a construção de 82 km de gasodutos, resultando numa extensão total da rede de distribuição de gás natural de 403 km, nesse período.

Em sua missão de concessionária de serviços públicos de distribuição de gás canalizado, a PBGÁS entende que os investimentos se traduzem num importante indicador que comprova a sua preocupação no atendimento aos compromissos com os seus principais grupos de partes interessadas (stakeholders) como os acionistas, conselho de administração, diretores, credores, fornecedores, clientes, empregados e comunidades afetadas pelas atividades da corporação.

## 6 – Comentários dos administradores:

O cenário econômico gerou um forte impacto nos volumes de venda nos segmentos industriais e automotivo da Companhia.

No segmento Industrial, a ocorrência de ajustes de estoques em importantes clientes e a postergação de operação de novas indústrias afetaram fortemente os resultados de vendas para o segmento, que registrou queda de 15% no primeiro semestre de 2019 em comparação ao segundo semestre de 2018.

Já no segmento Automotivo, a baixa nos preços dos combustíveis líquidos (Gasolina e Etanol), desde o final de 2018, vem impactando fortemente as previsões de vendas e a competitividade para este mercado, cuja redução no volume de vendas do 1S/2019 foi de 16% em comparação com o segundo semestre de 2018.

A alta da cotação internacional do petróleo e da taxa de câmbio impactaram fortemente o preço do gás natural no país e, conseqüentemente, as tarifas praticadas pela PBGÁS em 2018 e 2019. Para amenizar o impacto junto ao mercado, a Companhia absorveu parte dos reajustes do preço do gás.

  
5/13

O resultado operacional de 2018 foi de R\$ 12 milhões, 31% acima do orçado para o ano (R\$ 9,2 milhões), enquanto o resultado líquido foi de R\$ 11,7 milhões, superando em 81,7%, sensivelmente, a previsão orçamentária de R\$ 6,4 milhões. O nível de realização dos investimentos (orçado x realizado) foi um dos melhores da história da Companhia, tendo sido investidos R\$ 10,3 milhões ao longo de 2018, o que representa 96,5% dos investimentos orçados para o exercício (R\$ 10,7 milhões).

Com o fito de melhorar o desempenho da Companhia e atingir o seu objeto social, foram traçadas as seguintes metas corporativas para o ano de 2019:

METAS CORPORATIVAS	ORÇADO 2019
Realizar o volume previsto no orçamento (m <sup>3</sup> /dia)	288.549
Realizar os investimentos previstos no orçamento (R\$)	12.435.483
Realizar o lucro operacional previsto no orçamento (R\$)	7.663.653
Realizar a margem bruta orçada (R\$)	42.807.504
MEG - Atingir o índice de excelência da gestão (pontos)	210

**Base de dados:** Orçamento 2019-2023 da Companhia.

No primeiro semestre de 2019, a Companhia logrou êxito em renegociar o volume de gás natural contratado junto a sua supridora, a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, reduzindo sua quantidade diária contratada dos atais 315 mil m<sup>3</sup>/dia para 260 mil m<sup>3</sup>/dia a partir de 01.07.2019. A negociação teve como objetivo adequar o volume contratado à realidade do mercado local da Companhia, considerando-se a recessão da atividade econômica nacional com seus impactos na atividade industrial do Estado e a perda de competitividade do GNV perante os combustíveis líquidos (gasolina e etanol). Com essa renegociação, a Companhia deu importante passo na direção do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de suprimento, suavizando os efeitos das potenciais penalidades por retirada de volume inferior ao contratado.

Além disso a Companhia, chegou a um entendimento com o atual supridor para celebração de um novo contrato de compra e venda de gás natural na modalidade firme base, a vigorar entre 01.01.2020 a 31.12.2021, mantendo-se o volume de gás natural contratado em 260 mil m<sup>3</sup>/dia para o período.

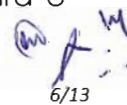
## 7 – Remuneração:

Com vistas ao cumprimento das Políticas Públicas e dos objetivos traçados, a Companhia pratica um pacote de remuneração aos seus Administradores, Diretores e Empregados composto pelos seguintes elementos:

- ✓ a remuneração atribuída aos Empregados, bem como os seus reajustes são definidos com base em Acordo Coletivo de Trabalho, cuja competência de aprovação é do Conselho de Administração. No que tange à remuneração atribuída à Diretoria Executiva e seus reajustes, a competência para deliberar sobre o assunto pertence à Assembleia Geral de Acionistas;
- ✓ Pacote de Benefícios alinhado com as boas práticas de mercado, o qual, apesar de ser entendido como mero complemento à remuneração mensal, tem desempenhado importante papel para o aumento da motivação e manutenção da força de trabalho, além de aumentar a atratividade para o







interesse de futuros empregados oriundos dos próximos concursos públicos a serem desenvolvidos pela PBGÁS;

- ✓ Remuneração Variável a título de Participação nos Resultados aos Empregados e de Bônus de Desempenho dos Diretores, vinculada ao êxito apurado na realização das metas corporativas anuais traçadas, as quais representam, evidenciam e permitem: a) medir o desempenho da Companhia de uma forma global; b) aferir o nível de consecução dos objetivos de interesse dos seus "stakeholders" e das Políticas Públicas.
- ✓ Administradores e Conselheiros Fiscais da PBGÁS têm sua remuneração definida em Assembleia Geral, que leva em conta a remuneração do exercício anterior. Em 2019, a remuneração global anual da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal será de R\$ 1.329.069,99, conforme a tabela abaixo:

TABELA DE REMUNERAÇÃO	
Remuneração conselho administração	R\$ 165.988,90
Remuneração conselho fiscal	R\$ 89.595,91
Remuneração comitê de auditoria estatutária	R\$ 23.400,00
Honorários da diretoria	R\$ 595.482,92
Encargos	R\$ 328.395,86
Benefícios	R\$ 126.206,40
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.329.069,99</b>

## 8 – Outras informações relevantes sobre objetivos de políticas públicas:

Sabendo que as políticas públicas são ações coletivas que visam a orientação e garantia de direitos perante à sociedade, no qual envolve compromissos e tomadas de decisões que almejam determinadas finalidades, a PBGÁS desenvolve ações planejadas com objetivos, metas e efetividade.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Graziele' and various initials.



A Lei 13.303/16, em seu art. 8º, incisos III e VIII, exige a elaboração de "carta anual de governança corporativa, que consolide em um único documento escrito (...) informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração".

### **1 - Atividades desenvolvidas:**

A Companhia Paraibana de Gás – PBGÁS é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, tendo como Acionistas o Estado da Paraíba, a Petrobras Gás S.A. – GASPETRO e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. – MGEB, fundada em outubro de 1994, sendo responsável pela distribuição de gás natural canalizado no Estado da Paraíba desde dezembro de 1994, detendo a concessão por 50 (cinquenta) anos, até 2044.

### **2 – Estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos:**

A Diretoria Executiva tem atuado para garantir à PBGÁS uma estrutura de controle que estabeleça mecanismos internos de governança, com o objetivo de prevenir a não ocorrência de ações prejudiciais à Companhia, observando as normas legais e assegurando que as ações estejam aderentes às políticas, normas e procedimentos da empresa.

A PBGÁS dispõe de um conjunto de instruções, procedimentos e medidas para garantir o cumprimento das exigências legais, os princípios da Administração Pública e as boas práticas de governança corporativa. As atividades são desenvolvidas com base em normas internas e princípios de ética e transparência, visando garantir os objetivos estratégicos da empresa.

Visando aprimorar ainda mais as práticas da PBGÁS, está em fase de aprovação a revisão da estrutura organizacional e gestão corporativa da Companhia, que deverá implantar, implementar e definir os procedimentos de atividades das áreas de governança, conformidade, gerenciamento de riscos e auditoria interna, além da criação do Comitê de Auditoria Estatutária, ligado diretamente ao Conselho de Administração

Independentemente de uma estrutura formal criada de Gerenciamento de Riscos e Auditorias, a Diretoria Executiva da PBGÁS, entendendo toda a dinâmica que envolve os negócios e os principais processos sob a sua gestão e responsabilidade, vem aprimorando o monitoramento e controle dos riscos aos quais a Companhia está submetida, valendo-se de:

- ✓ um Sistema ERP padrão Pirâmide, com os seus diversos módulos integrados entre si, gerando dados que são cruzados com as informações oriundas de outras áreas;
- ✓ uma estrutura de Tecnologia da Informação que visa garantir a disponibilidade, integridade e confidencialidade de todas as informações utilizadas na empresa;



GASVieira  
↓

H. M.  
R.



- ✓ troca de experiências com outras Distribuidoras Estaduais de Gás Canalizado, com o objetivo de identificar boas práticas que podem ser inseridas nos processos internos, trazendo como consequências o ganho de eficiência e a minimização da exposição de riscos, a exemplo: os modelos padronizados de editais e de contratos desenvolvidos por um grupo de especialistas que integram as Distribuidoras, os quais refletem com segurança as demandas que serão atendidas pelas contratadas, reduzindo o risco de pleitos futuros das contratadas em decorrências de contratos/editais deficientes;
- ✓ auditorias internas pelos Acionistas que visam identificar pontos de não conformidades;
- ✓ auditorias pelos órgãos de controle do Estado, a exemplo do Tribunal de Contas e da Controladoria Geral do Estado;
- ✓ fiscalizações da Agência de Regulação do Estado da Paraíba (ARPB).

No quesito transparência, a Companhia, em cumprimento à Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação Pública, disponibiliza, no Portal da Transparência, Portal da Cidadania e Carta de Serviços, todos do Governo do Estado da Paraíba, uma série de informações de interesse dos usuários e da sociedade, sendo integrante do Sistema de Ouvidorias do Estado (OGE) e do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

### 3 – Fatores de Risco:

Os fatores de riscos que podem interferir na atuação da Companhia na realização de suas políticas públicas são os seguintes:

#### Riscos Estratégicos

- ✓ baixa execução do plano de investimento da Companhia pode impactar negativamente no atingimento dos principais indicadores estratégicos;
- ✓ aumentos de tarifas em função do aumento do Preço de Venda dos supridores, que podem levar a perda de competitividade frente aos concorrentes;
- ✓ estratégia dos revendedores de combustíveis de aumento do preço de venda do gás natural veicular desassociado do preço de compra, que pode levar à perda de competitividade do GNV frente aos seus concorrentes;
- ✓ mudanças das condições políticas e econômicas do Brasil afetarem as vendas da Companhia, principalmente no segmento industrial;

#### Riscos Financeiros

- ✓ atrasos nos pagamentos das faturas dos grandes clientes podem prejudicar a liquidez financeira da Companhia;
- ✓ flutuações da taxa de câmbio e a volatilidade da cotação do barril de petróleo tipo Brent, no mercado internacional, podem resultar em aumentos no custo que tornarão a empresa pouco competitiva no mercado, frente a fontes alternativas de energia, concorrentes ao gás natural;
- ✓ novas condições contratuais do suprimento e do transporte de gás, que podem afetar os resultados em função da inviabilidade de seu repasse para as tarifas;

#### Riscos Operacionais

- ✓ possibilidade de a Companhia se ver obrigada a suspender os serviços de distribuição de gás natural em função de falha operacional, inclusive em

GASVIEW  
f

M

9/13

- decorrência de rompimento de gasoduto causado por ações de terceiros, com exposição a pagamento de penalidades aos usuários;
- ✓ ineficiência dos sistemas de medição de gás natural que possam causar diferença entre o volume de gás comprado e vendido.
  - ✓ ineficiência e morosidade nas aquisições e contratações, impactando o planejamento e a realização das atividades propostas, com seus consequentes efeitos sobre as metas traçadas;
  - ✓ perda de prazos de conclusão de obras em função da ineficiência de empresas terceirizadas trabalhando em nome da PBGÁS;

### Riscos Legais

- ✓ redução de seus resultados em função de erro de cálculo, homologação parcial ou não homologação do reajuste tarifário, no processo de pleito da margem regulatória anual;
- ✓ possibilidade da Companhia se ver obrigada a arcar com penalidades legais e/ou administrativas em decorrência do não atendimento das leis e regulamentos em vigor;
- ✓ sujeição de equipamentos, instalações e operações a variados regulamentos ambientais mais rígidos que os atuais e que possam resultar em maiores obrigações e na necessidade de investimentos de capital para a devida adequação.

## 4 – Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho

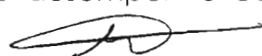
Considerando o ano de 2018, a PBGÁS registrou aumento de 23% da receita operacional líquida, em comparação ao exercício anterior. O lucro líquido do exercício foi de R\$ 11.235,974, que representa um aumento de 10% em relação ao exercício anterior:

INDICADORES ECONÔMICOS	Unidade	2015	2016	2017	2018
Receita operacional líquida	R\$, mil	120.213.613	113.063.204	126.933.557	156.360.871
	Variação		-6%	12%	23%
Resultado líquido	R\$, mil	5.654.902	7.968.461	10.256.196	11.235.974
	Variação		41%	29%	10%
Investimentos	R\$, mil	6.006.731	4.047.234	6.943.079	10.311.072
	Variação		-33%	72%	49%
Despesas operacionais	R\$, mil	20.641.062	21.328.102	22.924.366	23.862.670
	Variação		3%	7%	4%
Patrimônio Líquido	R\$, mil	61.137.070	65.163.460	66.179.671	68.952.628
	Variação		7%	2%	4%

## 5. Governança Corporativa: estrutura e práticas

É inquestionável que a boa governança corporativa contribui para as transformações na administração e controle das organizações, atuando nas estruturas e modelos de gestão.

A Governança Corporativa tem como propósito assegurar a confiabilidade de uma empresa e melhorias no seu desempenho econômico. Para isso, utiliza-se de um




GASVIEP  
M A. 10/13

M

conjunto de mecanismos, inclusive monitoramento, que garantam o alinhamento do comportamento da alta administração com os interesses dos acionistas, com os propósitos para os quais a companhia foi criada e atendimento aos anseios da sociedade.

A Governança Corporativa inclui as relações entre os principais grupos de partes interessadas como os acionistas, conselho de administração, diretores, credores, fornecedores, clientes, empregados e a comunidades afetadas pelas atividades da corporação.

Visando uma participação mais ativa na economia do Estado, a PBGÁS, com base nos disciplinamentos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) voltados às empresas estatais, procura adotar as melhores práticas de governança, estabelecendo relacionamentos com princípios éticos, responsáveis e transparentes, trabalhando para atingir a excelência empresarial, melhorando continuamente as práticas e atitudes, visando potencializar ações que garantam a perenidade do negócio. Nesse sentido, a PBGÁS vem seguindo os princípios da:

**Transparência:** disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos, não se restringindo apenas ao desempenho econômico-financeiro, mas também contemplar fatores que norteiam a ação gerencial e que conduzem à preservação e à otimização do valor da organização; assegurar que as partes interessadas possam ter confiança no processo de tomada de decisão e nas ações das entidades do setor público, na sua gestão e nas pessoas que nela trabalham;

**Equidade:** tratar de forma isonômica todos os sócios e partes interessadas, levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas, repudiando atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto.

**Prestação de contas:** prestando contas da atuação dos diretores e administradores de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade no âmbito dos seus papéis, mantendo um adequado sistema de controles internos, com constante avaliação de sua efetividade e conformidade e alinhamento a requisitos do ambiente regulatório da Companhia;

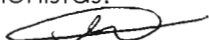
**Responsabilidade corporativa:** zelar pela viabilidade econômico-financeira da Companhia, reduzir as externalidades negativas do negócio e suas operações e aumentar as positivas, levando em consideração os diversos capitais (financeiro, intelectual, humano, social, ambiental, de imagem) no curto, médio e longo prazos.

A estrutura de Governança Corporativa da PBGÁS é composta de:

**Assembleia Geral de Acionistas:** instância máxima de decisão, com poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes a sua defesa e desenvolvimento.

**Conselho de Administração:** tem como função a proteção do patrimônio e dos interesses da Companhia, além de ter a responsabilidade de maximização do retorno dos capitais investidos pelos acionistas, possuindo um corpo de membros eleitos, que, conjuntamente, supervisionam as atividades da empresa.

**Conselho Fiscal:** instalado de forma permanente, composto por membros efetivos e seus respectivos suplentes, eleitos, anualmente, pela Assembleia Geral Ordinária, tendo como função fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, visando a proteção da companhia e de seus acionistas.



GASPARINI



11/13





**Diretoria Executiva:** composta por 03 (três) membros, sendo 01 (uma) Diretora Presidente, 01 (um) Diretor Técnico-comercial e 01 (um) Diretor Administrativo e Financeiro, todos eleitos pelo Conselho de Administração. Possuem a função de ordenar a estrutura e funcionamento da Companhia.

**Assessoria de Governança Corporativa:** Assessoria os processos de governança, auxiliando o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva e Comitês de Apoio da Companhia na definição das reuniões, pautas, material de apoio às reuniões, convocação, elaboração de atas e condução das assembleias gerais.

## 6 – Descrição da composição e da remuneração da administração

A Administração da Companhia é definida na forma da Lei e pelo Estatuto Social, sendo exercida por um Conselho de Administração, com função deliberativa, e uma Diretoria Executiva.

A Diretoria presta contas de seus atos ao Conselho de Administração e as condições e requisitos para o exercício do cargo, juntamente com as qualificações dos indicados, serão apresentadas à Assembleia Geral de Acionistas ou à reunião do Conselho que tiver de elegê-los, cuja posse dá-se mediante a assinatura do Termo de Posse, e seus mandatos, se expirados, considerar-se-ão automaticamente prorrogados até a posse de seu sucessor.

Atualmente, a composição e remuneração dos Administradores está da seguinte forma:

### DIRETORIA EXECUTIVA

MEMBRO EFETIVO	CARGO	REMUNERAÇÃO
Tatiana da Rocha Domiciano – Estado Da Paraíba	Diretora-Presidente	R\$ 18.000,00
Paulo Sérgio de Sá Campos - Gaspetro	Diretor Técnico Comercial	R\$ 18.000,00
Taciana Danzi O. Amaral Alves Mitsui Gás E Energia Do Brasil	Diretora Administrativo e Financeiro	R\$ 18.000,00

\*Remuneração reajustada a partir de 01.08.2019, por deliberação da 93ª AGE.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MEMBRO EFETIVO	REMUNERAÇÃO
Marcelo Cavalcanti – (Presidente) Estado Da Paraíba	R\$ 2.437,50
Carlos Arthur de Almeida Baptista Ferreira Pereira Estado Da Paraíba	R\$ 2.437,50
Tatiana Domiciano Estado Da Paraíba	R\$ 2.437,50
Gabriela De Aragão Sarmento Vieira Estado da Paraíba	R\$ 2.437,50
Marcus Vinícius Torres Peçanha Petrobras Gás S.A - GASPETRO	R\$ 2.437,50
Raimundo Barretto Bastos - (Vice-Presidente) Mitsui Gás e Energia do Brasil - MGEB	R\$ 2.437,50
Marcus Vitor Calazans Baroni GASPETRO e MGEB	R\$ 2.437,50




GASPETRO



12/13




## CONSELHO FISCAL

MEMBRO EFETIVO	CARGO	REMUNERAÇÃO
Paulo Márcio Soares Madruga Estado da Paraíba	Membro Titular	R\$ 1.950,00
Severino Gilson Peixoto de Oliveira Júnior Estado da Paraíba	Membro Titular	R\$ 1.950,00
André Quirino Paiva Estado da Paraíba	Membro Titular	R\$ 1.950,00
Celso José de Faria Viana Petrobras Gás S.A - GASPETRO	Membro Titular	R\$ 1.950,00
Alyne Valentim Muniz Mitsui Gás e Energia do Brasil - MGE B	Membro Titular	R\$ 1.950,00


A remuneração dos administradores é fixada, anualmente, pela Assembleia Geral de Acionistas, observadas as prescrições legais. A Diretoria Executiva e os empregados da Companhia fazem jus à PLR, desde que seja efetivamente apurado lucro no exercício.

### MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


O Conselho de Administração da Companhia Paraibana de Gás declara que aprovou, nesta data, a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2019, em conformidade com o art. 8º, I, III e VIII, da Lei nº 13.303/2016, art. 6º do Decreto Estadual nº 39.093/19 e nos arts. 13, XIX, e 20, XIV, a, do Estatuto Social da PBGÁS.

  
MARCELO A. C. CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE  
Presidente do Conselho de Administração

  
RAIMUNDO BARRETO BASTOS  
Vice-Presidente do Conselho de Administração

  
CARLOS ARTHUR DE ALMEIDA BAPTISTA FERREIRA PEREIRA  
Membro do Conselho de Administração

  
TATIANA DA ROCHA DOMICIANO  
Membro do Conselho de Administração

  
GABRIELA DE ARAÇÃO SARMENTO VIEIRA  
Membro do Conselho de Administração

  
MARCUS VINICIUS TORRES PEÇANHA  
Membro do Conselho de Administração

  
VITOR CALAZANS BARONI  
Membro do Conselho de Administração